

A ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS

Cristiane Maria Ribeiro¹

Resumo: É objetivo deste artigo explicitar a ausência das categorias raça/cor nas análises de história da educação brasileira e denunciar a invisibilidade do negro na literatura da história da educação de Goiás. Para tanto, revisitamos o processo de configuração das pesquisas na área, no país, ressaltando suas principais fontes, metodologias e perspectivas teóricas, concluindo que historicamente o recorte racial tem sido ignorado independente da delimitação geográfica, temporal ou perspectiva teórica das pesquisas. Buscamos nos estudos sobre relações raciais no Brasil exemplos de trabalhos que retomam à escolarização da população negra definindo um campo de possibilidades para novos estudos. Verificamos a incipiência dos estudos sobre o negro em Goiás, as dificuldades de consolidação da história da educação enquanto área de produção do conhecimento e a profunda ausência de estudos que tratem da história da educação da população negra goiana. Por fim, ressaltamos a importância dos historiadores da educação recuperarem, de forma inequívoca, a presença dos negros nos diferentes momentos de constituição do processo educacional, nos quais eles têm se destacado nas mais variadas funções: na condição de aluno, de professores em diferentes instituições que se ligaram à educação.

Palavras-chave: negro; história da educação; Goiás.

THE EDUCATION OF THE BLACK POPULATION AND THE HISTORY OF THE EDUCATION OF GOIÁS

Abstract: The objective of this article is explicitar the absence of the categories race / color in the analyses of history of the Brazilian education and to denounce the black's invisibility in the literature of history of the education of Goiás, for so much, we revisited the process of configuration of the researches in the area in the country, emphasizing their main sources, methodologies and theoretical perspectives, to end that historically the racial cutting has been ignored independent of the geographical delimitation, storm or theoretical perspective of the researches. We looked for in the studies about racial relationships in Brazil examples of works that retake the education of the black population defining a field of possibilities for new studies. We verified the incipency of the studies on the black in Goiás, the difficulties of consolidation of the history of the education while area of production of the knowledge and the deep absence of studies that treat of the history of the education of the population black goiana and finally we emphasized the historians' of the education importance in recovering in an unequivocal way the presence of the blacks in the different moments of constitution of the education process, us which they have if outstanding in the most varied functions: in student's condition, of teachers in different institutions that linked to the education.

Key words: Black; History of the Education; Goiás.

LA ESCOLARIZACIÓN DE LA POBLACIÓN NEGRA Y LA HISTÓRIA DE LA EDUCACIÓN DE GOIÁS

Resumén: El objetivo de este artículo es explicar la ausencia de las categorías raza/color en las análisis de historia de educación brasileña y denunciar la invisibilidad del negro en la licteratura de historia de la educación de Goiás, por lo tanto, hemos revisitado el proceso de configuración de las pesquisas en el área en país, destacando sus principales fuentes, metodologías y perspectivas

¹Doutora e Mestre em Educação. Graduada em Pedagogia. Foi professora efetiva da Universidade Federal de Goiás e atualmente está vinculada ao instituto Federal Goiano na condição de professora. E-mail: crismariaufg@hotmail.com

teóricas, para concluir que históricamente el recorte racial ha sido desconocido independiente de la delimitación geográfica, temporal o perspectiva teórica de las pesquisas. Buscamos en los estudios sobre relaciones raciales en Brasil, ejemplos de trabajos que retoman la escolarización de la población negra definiendo un campo de posibilidades para nuevos estudios. Verificamos la incipiente de los estudios sobre el negro en Goiás, las dificultades de consolidación de la historia de educación, mientras área de producción de conocimiento y la profunda ausencia de estudios sobre la historia de educación de la población negra goiana y por final resaltamos la importancia de los historiadores de la educación en recuperar de manera inequívoca la presencia de los negros en los diferentes momentos de constitución del proceso educacional, en los cuales ellos tienen sobresalido en las más variadas funciones: en la condicione de alumno, de profesores en diferentes instituciones que se ligaran a la educación.

Palabras Claves: Negro; Historia de la Educación; Goiás.

Quando se vive em um país em que, de acordo com dados oficiais, metade da população se autoclassifica como negra, fica difícil compreender porque ela se encontra praticamente ausente das narrativas sobre história da educação. Difícil ainda entender a razão do desinteresse em conhecer como se deu historicamente a inserção dessa população no interior das instituições educacionais, os detalhes de suas vivências e experiências educativas e as especificidades da sua história da educação. É objetivo deste artigo, portanto, buscar explicações para a ausência das categorias raça/cor nas análises de história da educação brasileira e denunciar a invisibilidade do negro na literatura da história da educação de Goiás.

A ausência de um recorte racial nas análises da história de educação é apontada por Pinto (1992, p. 47) ao afirmar que as iniciativas dos grupos negros são sistematicamente ignoradas, dentre elas, criação de escolas, centros culturais, engajamento em campanhas de alfabetização ou mesmo propostas de uma pedagogia que leve em conta a pluralidade étnica do alunado.

Dessa forma, não sendo esquecidos temas e fontes históricas que poderiam nos ensinar muito sobre as experiências de escolarização dos afrodescendentes, a conquista da alfabetização dessa população, os detalhes sobre a exclusão das instituições escolares oficiais, os mecanismos criados para alcançar a escolarização oficial, a educação nos quilombos, a criação de escolas alternativas, a origem da emergência de uma classe média negra escolarizada, as vivências escolares nas primeiras escolas oficiais que aceitaram negros (CRUZ, 2012, p. 2).

Cruz (2005) também denuncia a existência de um europocentrismo na história da educação brasileira. Segundo a autora, apesar de a disciplina Educação Brasileira ter seu espaço no currículo de formação do educador como um conteúdo específico há mais de quarenta anos, analisando a bibliografia da área, a impressão que se tem é que inexistem experiências escolares dos negros. Essa ausência teria como causas as limitações da história da educação no uso do termo educação, restrito

ao sentido de escolarização da classe média, a periodização baseada em fatos político-administrativos, a tendência de focar temáticas relacionadas ao Estado e às legislações de ensino, a ausência da multiplicidade dos aspectos da vida social e da riqueza cultural do povo brasileiro. No seu entendimento, por um lado, essa disciplina e o seu campo de pesquisa têm sido veículo de continuísmo da reprodução do tratamento desigual relegados aos negros e índios nessa sociedade. Por outro lado, segundo a autora, a problemática da carência de abordagens históricas sobre as trajetórias educacionais dos negros no Brasil revela que não há povos sem história, mas há povos cujas fontes históricas ao invés de serem conservadas foram destruídas pelos processos de dominação. Assim, não escrever a história da educação da população negra significa desconsiderá-la.

A luta das camadas negras pela sua inclusão no processo de escolarização oficial, as lições repassadas na imprensa negra sobre “boas maneiras”, o estímulo ao desenvolvimento de práticas culturais de origem africana, a luta pela inclusão de temas específicos dos afrodescendentes na escola comum, a luta em torno de aglutinar os afrodescendentes em uma identidade negra positiva, os cursos de atualização, os cursos de alfabetização, os cursos de música, de inglês, de educação física, de artes, corte costura, as palestras, os seminários, [que] são exemplos de práticas vinculadas à ação organizada dos negros que caracterizam uma história da educação que, embora ausente nos relatos oficiais da história da educação brasileira, evidencia que mesmo à margem da cidadania os negros acompanharam os processos de compactação da nação brasileira e nele exerceram influência. (CRUZ, 2005, p. 11).

Veiga (2008, p. 502) considera que o impedimento legal da frequência dos escravos às aulas públicas em várias províncias do Império tem sido interpretado também como impedimento da frequência dos negros, gerando uma série de equívocos tanto na historiografia geral quanto na historiografia da educação associando negros a escravos e vice-versa. Para ela, “ao tomar negros por escravos, estudiosos acabam por limitar a discussão sobre o lugar da escola pública na organização das nações modernas e dos Estados Constitucionais” (VEIGA, 2008, p. 503).

Sobre a escolarização de negros e mestiços ao longo do século XIX, poucos estudos foram realizados de maneira que dessem visibilidade a uma outra possibilidade de vida dos afrodescendentes que não associada ao mundo da escravidão ou da marginalidade. Ainda assim, observa-se em geral certo espanto dos historiadores quanto ao fato de haver negros que soubessem ler, escrever e/ou contar. Contudo, tal procedimento precisa ser mais bem problematizado, ou melhor, é preciso perguntar sobre o lugar da leitura e do

letramento na sociedade imperial brasileira, levando-se em consideração três constatações muito distintas: a presença reiterada do discurso da missão civilizadora da escola por parte das elites governamentais; as precárias condições de funcionamento das escolas públicas de maneira geral; e o alto índice de analfabetismo em fins do século XIX. (VEIGA, 2008, p. 503).

Já para Reis (2010, p. 22), a historiografia da educação mais tradicional sofre do que se pode chamar de “racismo historiográfico”, porque, quando aborda os negros nos seus processos de aquisição de conhecimento, o faz de forma estigmatizada e pejorativa. É perceptível a negação de todos os mecanismos de resistência criados por eles ao longo da história.

Indícios que possam justificar a ausência do recorte racial nas pesquisas de história da educação são buscados por Fonseca (2007a) na própria dinâmica de constituição do campo de pesquisa da área. Para o autor, três correntes marcam a história da educação brasileira, denominadas a partir dos paradigmas teóricos que se encontram subjacentes à maneira de construir a escrita, sendo elas: a tradicional, a marxista e a história cultural.

A conclusão do autor é de que cada corrente, à sua maneira, ignora a educação dos negros. A corrente tradicional traz uma análise em que “os negros são tratados como um grupo que, como trabalhadores servis, foi fundamental na construção do país, mas essas influências estão restritas ao mundo do trabalho e à capacidade de submeter-se ao comando e à ordem dos brancos” (FONSECA 2007b, p. 23). Sendo assim, são enfocados à margem dos processos de escolarização.

Já a corrente marxista dilui os negros em meio às classes sociais, não considerando-os como grupo que possui demandas específicas em relação à educação.

As mudanças que ocorreram na história da educação a partir da apropriação das teorias marxistas não permitiram uma modificação ao tratamento da questão racial e não foram capazes de retirar os negros da invisibilidade que se encontram nas narrativas oriundas de uma versão mais tradicional da historiografia educacional. (FONSECA 2007b, p. 28).

Fonseca (2007a, p. 40) conclui que, nas pesquisas de história da educação que têm como aporte teórico o marxismo, a educação é vista como fenômeno da superestrutura social, condicionada pela base material da sociedade, e os “modelos explicativos são construídos a partir de uma confrontação dialética entre infraestrutura e de uma tentativa de apreensão do movimento das classes sociais”. Por essa leitura, fixa-se, portanto, uma excessiva valorização da ideia de contexto histórico, conferindo grande destaque aos aspectos econômicos e políticos, sobretudo ao antagonismo entre as classes sociais, dando origem a um padrão de narrativa que privilegia as

abordagens dos fenômenos estruturais, delineando, com isso, diferentes grupos sociais, dentre eles os negros, na oposição entre dominantes e dominados (FONSECA, 2007a, p. 40).

Modificações mais recentes postas pela Nova História Cultural poderiam significar uma maior atenção à história da educação da população negra, uma vez que essa abordagem critica veementemente o caráter utilitário das abordagens históricas que havia até então, critica ainda a ênfase excessiva na evolução das ideias pedagógicas. Se esse aporte teórico valoriza as fontes primárias, a demarcação dos objetos, do tempo e do espaço, passa a ser mais circunscrito e isso poderia, e muito, favorecer a pesquisa com recorte racial, no entanto, não é o que acontece.

No entanto, essa historiografia da educação construída a partir de recortes de objetos de pesquisa, de tempo e de espaço mais circunscritos, possibilitando um aprofundamento em vários aspectos do processo educacional, alterou muito pouco as interpretações tradicionalmente feitas em relação aos negros e à educação. As análises são construídas a partir de objetos bastante específicos que são interpretados a partir da delimitação de aspectos da educação e da sociedade, mas na maioria das vezes a questão racial não é considerada. Essa atitude mantém vivo certo imaginário que pressupõe a escola como espaço privilegiado da população branca e pouco tem contribuído para desmistificar a generalização responsável pela associação do negro com o escravo.

Mesmo com a reformulação da história da educação, vários aspectos relativos a formas de interpretação dos processos que envolveram a educação, sobretudo no que diz respeito à temática em estudo, mostram uma linha de continuidade capaz de demonstrar que a renovação da disciplina incorporou o padrão de tratamento que praticamente exclui a população negra no movimento histórico que dá forma aos processos educacionais. Muito embora existam trabalhos de história da educação que tratam da presença de negros em espaços educacionais. No entanto, essa produção é dispersa e não consegue modificar os padrões de análises da historiografia que, na maioria das vezes, constroem suas interpretações sem levar em conta aspectos ligados à raça e sem considerar a população negra como um dos sujeitos ligados ao processo de constituição da sociedade brasileira (FONSECA 2007a, p. 43-44).

Acrescento a isto, a forma de a comunidade científica brasileira abordar questões relacionadas ao negro brasileiro. Há quase um senso comum sobre a impossibilidade de se estabelecer uma articulação entre o problema racial e as questões de classe no Brasil, encaminhando os estudiosos da questão racial para a guetização, fazendo com que os que priorizam análises marxistas "torçam o nariz" para os estudos sobre a questão racial.

Segundo Munanga (1996, p. 80), para os intelectuais de esquerda, a visão do racismo é uma questão de classe, as desigualdades raciais são interpretadas como reflexo do conflito de classe e os preconceitos raciais são considerados atitudes sociais propagadas pela classe dominante visando à divisão dos membros da classe dominada a fim de legitimar a exploração e garantir a dominação.

Mesmo Ianni (1988), estudioso das relações raciais no Brasil, e cuja orientação marxista é presente em seus trabalhos, consegue perceber o lugar secundário dado à questão racial nos estudos marxistas.

Com efeito, os clássicos do marxismo Marx, Engels, Lênin, Trostky e Gramsci, para mencionar alguns dos principais, não lidaram com a problemática racial; ou questão racial nos seus escritos aparece em segundo plano. Aparece nas entrelinhas, porque de fato o marxismo estudou o modo capitalista de produção, as classes sociais, as leis de população, o exército de reserva, o exército ativo, a formação das classes, o proletariado, o campesinato etc. (IANNI 1988, p. 182).

Para nós, qualquer análise que focaliza somente a situação do negro sem relacioná-la com o contexto sócio-histórico e cultural é reducionista. Por outro lado, subtrair o preconceito e as discriminações dessa realidade responsabilizando tão somente as modificações nos modos de produção da vida material também se configura reducionismo, pois concordamos com Cheptulin (1982, p. 287) quando afirma que:

Com efeito, o singular não existe em si mesmo independente do geral, mas unicamente em ligação orgânica, em unidade com o geral; não há fenômeno, ou forma sem conteúdos; cada forma possui um conteúdo, cada conteúdo, uma forma, portanto, o conteúdo e a forma existem sempre em ligação indissolúvel. (CHEPTULIN 1982, p. 287).

Corroboramos com Ianni (1988, p. 189) ao assegurar que:

[...] as classes sociais não esgotam a riqueza da realidade das sociedades nacionais da história. As contradições de classes são importantes, não há dúvida. Mas também as contradições étnicas, raciais, culturais e regionais são importantes para compreendermos o movimento da sociedade tanto na luta para transformar a sociedade, pela raiz, no sentido do socialismo. (IANNI 1988, p. 189-190).

Mesmo diante da invisibilidade da questão racial nos estudos de história da educação a partir do final dos anos 1990, começaram a surgir alguns trabalhos que possibilitam essa incursão, dando pistas das constantes lutas dessa parte da população brasileira pela escolarização. Alguns trabalhos serão aqui elencados priorizando os que se ocupam do período histórico compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX.

No trabalho de Fonseca (2009), a hipótese é de que a superioridade numérica dos negros em meio à população mineira é um indicativo capaz de apontar para a necessidade de se levar em consideração os aspectos relativos à demografia nas abordagens que se voltam ao entendimento do processo de constituição da educação em Minas Gerais. O autor questiona principalmente qual foi o nível de participação da população negra no movimento de difusão da educação na província de Minas Gerais, bem como o nível de aproximação entre o perfil da população e o público que se encontrava nas escolas mineiras. Como fontes, o autor utilizou listas de professores que classificavam os alunos a partir de critérios raciais, listas nominativas de habitantes e também relatos de viajantes que estiveram em Minas Gerais no século XIX.

Segundo ao autor, os registros dos professores revelam certa hierarquia na organização das listas. Em geral, os brancos são apresentados em primeiro lugar, em seguida os pardos e, finalmente, aqueles que são denominados de pretos, crioulos ou termos afins. A regularidade dessa hierarquização, no conjunto de listas, nos leva a crer que o pertencimento racial era um componente da prática pedagógica e que havia por parte dos professores expectativas diferenciadas em relação aos alunos negros e brancos. O autor mostra também que os professores qualificavam de forma pejorativa os alunos negros. Em se tratando da configuração racial dos alunos, o pesquisador conclui que o conjunto de listas dos professores de primeiras letras que atuaram em Minas Gerais, nos anos de 1820 e início de 1830, revela que os negros compunham a maioria dos alunos presentes em aulas e, mesmo quando não eram maioria, estavam presentes em número próximo ao dos alunos brancos. Essa realidade se modifica quando consideramos as listas que apresentam alunos que frequentavam os níveis de ensino acima da instrução elementar, mostrando que a sub-representação dos negros no conjunto das listas relativas à escola secundária é bastante elevada.

Barros (2002) buscou vestígios da presença de negros, escravos, libertos ou ingênuos na escola de São Paulo no final do século XIX. Utilizou-se, para isso, de ofícios dirigidos ao inspetor geral da instrução pública, ofícios dos presidentes da província ao inspetor Geral da instrução, relatórios e ofícios de professores, relação de alunos matriculados, ofícios da inspetoria geral para os professores e inspetores de distrito e livros de matrículas. Com a análise dos livros de matrícula, a pesquisadora aventa a possibilidade de alguns donos de escravos tê-los enviados à escola, outra

possibilidade é o fato de alunas terem nomes característicos de escravos, assim como seus pais ou mães. Soma-se ainda o fato de elas serem consideradas filhas de pais indigentes, morarem com padrinhos ou madrinhas que, por sua vez, não têm nomes que pareçam de escravos. Esses fatos fizeram com que a autora cogitasse que o epíteto "padrinho/madrinha" não seria uma forma de escamotear o fato de essas pessoas serem proprietárias uma das outras.

Cruz (2009) buscou identificar os valores culturais eurocêntricos dentro da concepção educacional nos discursos das elites letradas mato-grossenses sobre a educação formal na transição do século XIX para o século XX. Visando isso, consultou relatórios de diretores da instrução, mensagens de presidentes da província, legislação educacional do Império e início da República, livros e jornais do período. O autor conclui que na concepção de educação e do papel social da escola expressa na documentação está presente “o Racismo Epistemológico na medida em que os padrões culturais que serão veiculados pela Escola e o conceito de Educação com a qual ela trabalhará são buscados nos exemplos da Europa e dos Estados Unidos” (CRUZ, 2009, p. 93). Para o autor, a dinâmica racista da educação nesse período pode ser expressa pela validação dos conhecimentos e valores culturais europeus, tidos como superiores, negando assim as heranças culturais das crianças negras, pardas e pobres socializadas no seio de suas famílias.

Também é ilustrativo do crescimento da produção de pesquisas sobre a presença de negros nas escolas, numa perspectiva histórica, o trabalho de Luz (2008), que objetivou analisar a participação dos negros na cultura escrita do século XIX a partir da investigação sobre a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, uma associação que se constituiu numa importante instância educacional junto aos negros que atuavam em ofícios específicos na cidade do Recife, em plena ordem escravista, através do trabalho de instrução e profissionalização. Aqui também se verificou a utilização dos relatórios dos presidentes das províncias, da legislação educacional e de jornais. A conclusão do autor é que essa sociedade significou uma alternativa aos negros existentes no Recife, nesse período, uma vez que este era o perfil racial da maioria do público de operários que a ela se associava. Essa entidade acabou também representando uma significativa instância promovida aos negros para a apropriação da leitura e da escrita, principalmente àqueles que constituíam boa parte do contingente de trabalhadores locais. Trabalho materializado pelas sessões de leitura, nos usos que dela faziam nas atas de reuniões e livros de registros que redigiam ou assinavam, ou mais sistematicamente nas aulas de primeiras letras que a entidade passou a oferecer paralelamente ao ensino das técnicas mecânicas.

Bittar e Ferreira Júnior (1999) dão destaque para a educação de crianças negras nos colégios jesuítas no período colonial, considerando como objeto de análise a educação nesses colégios

oferecida aos filhos dos escravos desfrancizados nascidos nas fazendas de propriedade da Ordem Religiosa fundada por Santo Inácio de Loyola (1491- 1556). Os autores alertam, no entanto, que:

Evidentemente, a educação de crianças negras no Brasil Colonial foi um fenômeno residual. Constituiu-se uma exceção da regra geral que caracteriza os grandes traços explicativos da história da educação do período em tela, ou seja, a exclusão da ampla maioria do povo brasileiro. Entretanto, mesmo tendo se constituído uma exceção, merece registro. (BITTAR; FERREIRA JÚNIOR 1999, p. 473).

De acordo com os autores, fica claro na pesquisa que a ação educativa dos jesuítas estendeu-se também a um contingente, embora pequeno, de crianças negras; que tal ação não se distinguia dos métodos utilizados em grande escala junto aos segmentos maiores, prioritários para os objetivos jesuíticos, isto é, índios e brancos; que a educação de crianças negras converteu-se no aspecto diferencial que distinguiu a escravidão praticada pelos jesuítas da implementada pelo colonizador comum; que o objetivo principal era a conversão religiosa ao catolicismo expressa na combinação de catequese com o ensino das primeiras letras e que o princípio educativo que embasava as atividades pedagógicas dos colégios de bê-á-bá estava consubstanciado no famoso *Ratio studiorum*.

Deste modo, os filhos dos escravos nascidos nas fazendas da Companhia de Jesus sofreram o processo de conversão ao cristianismo católico através da catequese e também sentiram na pele a prática do sadismo pedagógico inerente ao projeto educacional desenvolvido pelos jesuítas. Em outras palavras: eles estavam sujeitos às punições físicas aplicadas nos colégios das primeiras letras, organizados pelos padres inacianos no Brasil Colonial. (BITTAR; FERREIRA JÚNIOR 1999, p. 479).

Enfim, a conclusão dos autores é de que as crianças negras, nas fazendas da Companhia de Jesus, sofriam de dois tipos simultâneos de violência. Primeiro porque eram geradas em ventres escravos e, portanto, nasciam marcadas pela maldição da escravidão. Segundo porque estavam submetidas a um processo de aculturação gerado pela visão cristã de mundo preconizada pela Contrarreforma (BITTAR; FERREIRA JÚNIOR 1999, p. 480).

E os estudos de história da educação em Goiás têm analisado a situação da população negra? Ao tentar debruçar sobre tais estudos que contemplem o negro, a situação também é desalentadora. Uma primeira explicação pode ser buscada na própria incipiência dos estudos que abrangem a história da educação. Valdez e Barra (2012), ao realizarem o quadro de temáticas sobre as pesquisas da região, perceberam prioridades e lacunas.

Notamos a ausência de temáticas relacionadas à educação de crianças pequenas, aos trabalhos sobre jardim de infância, creches, orfanatos e outros. Também não houve trabalhos direcionados à educação indígena na região, local em que historicamente habitavam vários povos indígenas e propostas de instituições educativas para crianças, como catequese, escola de navegação e outros. Outra ausência se refere a investigações, cuja prioridade temática abarcaria instituições educativas de caráter assistencial (públicas e religiosas): abrigos, colônias orfanológicas, asilos para órfãos, etc. Estudos que focam o ensino da educação física, ginástica e higienização também não foram encontrados. Desconhecemos ainda estudos sobre a Escola Régia, pesquisas referentes aos intelectuais goianos em diferentes períodos históricos e trabalhos que investigam a educação nos movimentos sociais. (VALDEZ; BARRA, 2012, p. 21).

Outra autora que também esboça as dificuldades em se construir análises históricas sobre a educação de Goiás é Pinto (2013, p. 134) ao apontar que os indícios são frágeis ou inexistentes, são raros os relatos memorialísticos, escassos os documentos do cotidiano escolar arquivados ou museologizados nas instituições de guarda e preservação da memória goiana. Também são inexistentes arquivos, acervos ou museus escolares, ou centros de memória da educação e da escola. Soma-se a isso o descarte de documentos e objetos por ocasião das reformas de prédios escolares ou quando da renovação do mobiliário e, ainda, a apropriação privada de documentos e acervos escolares (PINTO 2013, p. 134). Tudo isso dificulta o trabalho do pesquisador.

Em razão dessa configuração, torna-se dolorosamente difícil a tarefa do historiador da educação que se dispõe à tarefa de escrever a história da educação em Goiás, em particular, da escola primária que ali surgiu e se consolidou. As dores da tarefa podem ser nomeadas pelo que exigem dos pesquisadores: paciência e perseverança para encontrar fontes dispersas e mal conservadas e para confrontar as instalações quase sempre precárias das instituições de guarda e preservação; coragem, quando se percebe que aquilo que as fontes informam contradiz verdades consolidadas; argumentação, capaz de convencer àqueles que, guardando a memória da escola goiana em seus velhos baús, não se mostram dispostos a cedê-las aos pesquisadores; lucidez, discernimento e rigor intelectual, para escapar do borramento das fontes e construir dispositivos de leitura que possam tomá-las em sua inteireza. (PINTO 2013, p. 135).

Outro motivo pode ser a própria inexistência de tradição nos estudos sobre o negro em Goiás. Cabrera (2006, p. 180) fala que, especialmente nesse estado, há um vazio na temática sobre as culturas negras.

O negro, como sujeito da história, está ausente ainda dos estudos sobre a escravidão, que focalizam, principalmente, o dado massivo. Nas obras de Martiniano J. Silva *Sombra dos quilombos* (1974) e *Quilombos do Brasil Central*, (2003), há uma tentativa de mostrar alguns traços da vida cotidiana, mas esses ficaram sem conexão, como elementos dispersos. Brandão, em *Peões, pretos e congos* (1976), ressalta a identidade étnica dos camponeses minifundiários em Goiás, porém permanece dentro do grande tema social sobre o campesinato goiano e suas relações com o avanço do capitalismo na região. Outro estudo do autor, *A festa do santo preto* (1985), é uma descrição, nos limites do folclore, da festa da congada de Catalão. (CABRERA, 2006, p. 180).

Também Valdez e Barra (2012) identificam essa marginalidade de temas, pois localizaram somente uma dissertação de mestrado que aborda estudos sobre a educação das crianças negras em Goiás: trabalho de Fernanda Franco Rocha intitulado *Cultura e educação de crianças negras em Goiás: (1871-1889)*. Nele a autora, demarcando como período histórico a regulamentação da lei do ventre livre em 1871 até a proclamação da República em 1889, procurou compreender como foi a inserção da criança negra (do nascimento aos quatorze anos) na escola. A autora afirma ter utilizado como fontes manuscritos e impressos de arquivos, relatórios, pareceres e leis do período pesquisado. Os dados da pesquisa mostram que o regulamento do ensino primário e secundário da instrução pública em Goiás, elaborado em 1884, proibia a matrícula dos escravos e que, após a lei do ventre livre, houve omissão das autoridades com a educação da população negra, pois constam apenas dois estabelecimentos que foram criados para atender às crianças negras: a Colônia Orfanológica Blasiana e a Companhia de Aprendizes Militares. A autora sugere que apenas umas quinze crianças negras foram atendidas pelo primeiro estabelecimento. No segundo, consta apenas um único registro. Foi constatado ainda que a educação oferecida se destinava à formação de mão de obra, assentada no ensino agrário e na formação militar, respectivamente.

Quanto aos livros de história da educação, Bretas (1991) menciona a existência de um professor mestiço que iniciou suas atividades em Vila Boa a partir de 1788, e que encontrou dificuldades em se ordenar padre devido a sua condição de mestiço. Segundo o autor, nos registros desse professor de Gramática Latina aparece a palavra "substituto" mesmo não tendo à cadeira um professor titular. Fato que só poderia ser explicado pela sua condição de mestiço.

Em outro livro de história da educação em Goiás, Silva (1975, p. 57), ao falar sobre o ensino particular e o público no século XIX, destaca o ensino promovido por pessoas idealistas, entre elas destaca a “escola noturna destinada ao ensino de primeiras letras dos meninos pobres escravos,

mantida pela Sociedade São Vicente de Paulo²” Ainda sobre a educação da população negra há mais um trecho:

Abertas durante todo o ano letivo, as matrículas, até a abolição, eram franqueadas apenas às pessoas livres. Ao lado dos escravos, impedidos estavam, também, de freqüentar escolas públicas os portadores de moléstias contagiosas e os não vacinados. Libertos os negros, deveriam, ao lado dos brancos, compor o contingente a povoar as salas de aula. No entanto, destituídos da mais elementar tradição escolar, vivendo numa falta quase total de meios pecuniários que lhes possibilitassem arcar com as despesas da educação da prole, e sem contar com maiores oportunidades oferecidas pela sociedade, o analfabetismo era o natural no meio dos recém-libertos. Em geral, aos bancos escolares acorriam a classe média e a alta da sociedade. Nos bons tempos, os mais aquinhoados davam-se até o luxo de designar uma mucama para acompanhar os filhos à escola. Cuidado levado religiosamente a termo quando se tratava de acompanhar uma menina. (SILVA, 1975, p. 78).

Temos ainda o livro *Estudos de História da Educação de Goiás (1830-1930)*, organizado por Valdeniza Maria Lopes da Barra, que traz “Percepções: o negro e a educação na Literatura de Viagem do século XIX” que discute de que forma se deu o início do processo de constituição da educação em Goiás a partir de meados do século XIX, e de que forma a população negra se inseriu nesse contexto. A autora, trabalhando com viajantes europeus que passaram por Goiás, mostra como a visão desses viajantes era eurocêntrica. Por isso, tais viajantes os caracterizavam como desregrados, preguiçosos, beberrões, insensatos, indolentes, inconstantes. Em relação à educação, constatou-se que, na visão dos viajantes, ela era desestruturada, precária, ineficiente, sexista e não contemplava a população negra.

Até onde foi possível verificar, essas são as únicas informações disponíveis sobre a inserção da população negra no sistema formal de educação em Goiás. O fato é a literatura especializada em história da educação de Goiás não tem dado a atenção que julgamos necessária às condições de inserção da população negra ao sistema de ensino.

Considerações finais

A nosso ver, é de extrema importância que a história da educação recupere, de forma inequívoca, a presença dos negros nos diferentes momentos de constituição do processo

²Lamentavelmente a autora não menciona a fonte de tal informação.

educacional, nos quais eles têm se destacado nas mais variadas funções: na condição de aluno e de professor em diferentes instituições que se ligaram à educação.

Para isso, é preciso recuperar diferentes fontes históricas que poderiam nos ensinar sobre a escolarização dos negros brasileiros. Podemos sugerir entre inúmeras fontes outras como periódicos, revistas, livros de matrícula, mapas de frequência de alunos, ofícios de professores e inspetores, listas nominativas, censos demográficos, relatórios dos presidentes da província, jornais, legislação educacional, programas de ensino, projetos e regulamentos educacionais, fotografias em situação escolar.

É preciso, além disso, superar leituras reducionistas que impossibilitam pensar as questões relacionadas às classes sociais e às minorias. Isso significa compreender que qualquer análise que focalize somente a situação do negro sem relacioná-la com o contexto histórico e cultural é reducionista. Por outro lado, subtrair o preconceito e as discriminações dessa realidade priorizando tão somente modificações no modo de produção da vida material também se configura em reducionismo. Concordamos com Cheptulin (1982, p. 287) quando afirma que o singular não existe em si mesmo independentemente do geral, mas unicamente em ligação orgânica com ele.

Só uma postura assim será capaz de recuperar a trajetória histórica da população negra brasileira evidenciando suas lutas, conquistas, restrições que lhe foram impostas, ou seja, a história da educação da população negra.

Referências

BARRA, V. **Estudos de História da Educação de Goiás (1830-1930)**. Goiânia: Ed. PUC, 2011. 302p.

BARROS, S. A. P. de. “Negrinhos que por ahi andão”. Crianças negras na escola no final do século XIX na cidade de São Paulo. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2002, Natal. **Anais** Natal: UFRN, 2002.

BITTAR, M; FERREIRA JÚNIOR, A. Educação Jesuítica e crianças negras no Brasil Colonial. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 80, n. 196, p. 472-482, set./dez., 1999.

BRETAS, G. F. **História da Instrução Pública em Goiás**. Coleção Documentos Goianos, n. 2, Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991. 465p.

CABRERA, O. As representações sobre as religiões afro-brasileiras no Ensino Médio em Goiânia e Aparecida de Goiânia (GO). In: BRAGA, L. de S.; SOUZA, E. P. de; PINTO, A. F. M. (org.) **Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação**

quilombola. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 179-202.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa- Omega, 1982. 353p.

CRUZ, M. dos S. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, J. (org.). **História da Educação do negro e outras histórias**. Brasília: MEC, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 21-34

_____. A história da educação: uma abordagem sobre a escolarização dos afro-brasileiros. In: 24ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2001. **Anais** Caxambu, 2001.

CRUZ, P. D. R. da. **A influência do racismo na educação Matogrossense na transição do século XIX ao XX**. 2009, 172f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação. Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

FONSECA, M. V. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. 2007, 256f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007a.

_____. A arte de construir o invisível: o negro na história da educacional brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 13, jan/abril, p.11-50, 2007b.

_____. O predomínio de negros nas escolas das Minas Gerais no século XIX. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 585-599, 2009.

IANNI, O. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Ed. HUCITEC. 1988.190p.

LUZ, I. M. **Compassos Letrados: profissionais negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)**. 2008, 191f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

MUNANGA, K. As facetas do racismo silenciado. In: SCHWARZ, L. M.; QUEIROZ, R. S. (orgs.). **Raça e diversidade**. São Paulo: EDUSP, 1996. p.213-229.

PINTO, R. P. Raça e Educação: uma articulação incipiente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 80, p. 41-50, fev. 1992, p. 41-50, 1992.

PINTO, R. N. Entre o silêncio e o esquecimento: a questão das fontes e dos métodos na História da Educação em Goiás. **Revista Roteiro**, vol. 40, n. 01, p. 127-152, jan/jun., 2013.

REIS, F. P. G. **Práticas sociais relativas às crianças negras em impressos agrícolas e projetos de emancipação de escravizados (1822-1888)**. 2010.180f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RIBEIRO, Cristiane Maria Ribeiro. Percepções: o negro na literatura de viagem do século XIX. In: BARRA, V. **Estudos de História da Educação de Goiás (1830-1930)**. Goiânia: Ed. PUC, 2011. 302p.

ROCHA, Fernanda Franco. **Cultura e educação de crianças negras em Goiás: (1871-1889)**. 2007. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2007.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo. **Tradição e renovação educacional em Goiás**. Goiânia: Oriente. 1975. 345p.

VALDEZ, Diane; BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. História da educação em Goiás: estado da arte. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 21, n. 45, p. 105-125, jan./abr. 2012.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola para negros e pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 39, p. 502-516, set/dez., 2008.